

QUEM DISSE QUE A CLASSE MÉDIA SE PREOCUPA COM A UNIVERSIDADE? UMA ANÁLISE DOS PROTÓTIPOS SOBRE EDUCAÇÃO SUPERIOR NA VEJA (1995-2008)

Gustavo E. **Fischman** – ASU

Sandra Regina **Sales** – UFRRJ

Agência Financiadora: FAPERJ

1. Introdução

Analisar o papel contemporâneo da mídia em geral, e da imprensa em particular, tem constituído tarefa importante para a pesquisa educacional, entre muitas razões, devido ao alcance e a importância que esta adquiriu na vida de pessoas e instituições como informadora e formadora de opinião (MARTINS, 2005). Uma outra razão fundamental é que os discursos apresentados pela imprensa, seja em seus editoriais, em seus artigos de opinião ou de pesquisa, são espaços importantes para pautar e confrontar os sentidos atribuídos a determinadas questões educacionais (FISCHMAN & HAAS, 2009; MARTINS, 2005). Além disso, a mídia constitui uma rica fonte de informações sobre ideias e tendências nos debates de política pública (ALTERMAN, 2003; BELL, 1991; FOWLER, 1991; STARR, 2004).

Nesse trabalho analisamos os protótipos sobre educação superior nos artigos de pesquisa da Revista Veja, durante o período de 1995 a 2008.¹ A escolha da VEJA se justifica por ser uma revista semanal brasileira de grande circulação e ser a revista porta-bandeira de um conglomerado midiático de grande influência.

Existe uma base empírica muito grande que conclui que, através das artigos de pesquisa, a imprensa exerce um papel ativo na determinação do que seja uma “questão pública”, enquanto simultaneamente apresenta visões “públicas” comuns atuais sobre estas questões para serem entendidas (STRÖMBERG, 2004; GENTZKOW E SHAPIRO, 2004, 2006; DELLAVIGNA E KAPLAN, 2007; GERBER, KARLAN, E BERGAN, 2006). Nossa abordagem é explicitamente sócio-construtivista e defende que as políticas públicas e a alocação de recursos estão intimamente relacionadas ao nível

¹ Este trabalho apresenta resultados da pesquisa *Demarcando o debate: o que dizem revistas semanais sobre a educação no Brasil* que apresenta e analisa a estrutura discursiva de artigos publicados por revistas semanais nacionalmente influentes (*Veja, Isto É e Época*), relativos à educação no período de 1995 a 2010. A referida pesquisa é parte de um projeto maior desenvolvido na Arizona State University, Estados Unidos da América (EUA), que investigou os discursos sobre a Educação apresentados em jornais “influentes” nos EUA (*The New York Times, The Washington Post e The Los Angeles Times*) no período de 1980 a 2006.

no qual um assunto se torna uma questão ‘pública’. Desta forma, acreditamos que a abordagem analítica proposta possa ser também aplicada a outras formas de mídias, como a televisão e reportagens baseadas na internet.

O artigo está organizado em três partes, além da introdução. A primeira seção apresenta uma abordagem sócio-construtivista do conhecimento e a noção de protótipos que nos ajudaram a estruturar a pesquisa; na segunda seção, descrevemos a metodologia usada no estudo articulada a resultados e as conclusões são apresentadas na terceira seção.

2. Conceituando ‘educação superior’ – cognição, categorias e protótipos

Estudos cognitivos têm demonstrado enfaticamente que as pessoas entendem o mundo construindo modelos mentais de categorias ou agrupando conceitos – tudo, desde o físico, como “pássaro” e “cadeira” até ao mais abstrato e determinado culturalmente, como “arte”, “ciência”, “trabalho”, “fêmea”, “avó” e até mesmo “coisas para levar nas férias” ou “coisas para se retirar de casa quando ela está pegando fogo” (FELDMAN, 2006; HAMPTON, 1981; LAKOFF, 1987, 2002). Nós entendemos estas categorias conceituais não através de definições ou de uma lista dos componentes do “pássaro” ou do “trabalho” ou da “fêmea”, mas sim através dos protótipos.

Protótipos são exemplos centrais do conceito que representam as características primárias de como categorizamos os muitos exemplos isolados que vivenciamos. Usamos protótipos, na maior parte de forma inconsciente, como um todo em nosso pensamento (LAKOFF, 2002). Em outras palavras, “nós os experimentamos como uma *gestalt*; isto é o complexo de propriedades que ocorrem juntas é mais básico à nossa vivência do que suas ocorrências em separado” (LAKOFF & JOHNSON, 1980/2003, p. 71, *itálico no original*).

Protótipos são muito importantes porque são o início de como entendemos um conceito e raciocinamos sobre ele e com ele. Eles constituem literalmente a primeira ideia de um conceito que vem a nossa mente. Protótipos são mais básicos do que as propriedades conscientes dos componentes através dos quais os descrevemos. Acima de tudo, protótipos, como os conceitos que representam, são construções mentais – eles não existem objetivamente no mundo (LAKOFF, 1987). Portanto, protótipos não têm que se adaptar a todos os fatos disponíveis ou mesmo ser o exemplo mais comum de um conceito dentro das nossas experiências individuais (ROSH, 1999). Para categorias

conceituais relacionadas à natureza, como “pássaro”, no Brasil um pardal é o protótipo mais comum, enquanto um avestruz ou uma águia não são (MURPHY, 2002). É possível que haja pouca consequência social do predomínio de um protótipo de pássaro sobre o outro. Em contraste, protótipos sociais, aqueles relacionados às atividades sociais humanas, são também “melhores exemplos” de um conceito e contém “expectativas culturais” implícitas e portanto, julgamento social (LAKOFF, 1987, p. 79). Por exemplo, estudos sobre “efeitos da tipicidade”² sugerem que em geral “uma bailarina é um melhor exemplo de *mulher* do que uma policial, e uma mulher de cabelos grisalhos e fazendo tricô é um melhor exemplo de *avó* do que Sonia Braga (PRINZ, 2002). Sendo assim, é provável que para muitas pessoas dizer que uma policial é o melhor exemplo de mulher ou que Sonia Braga é o de vovó pode parecer estranho ou mesmo errado. O predomínio deste tipo de dissonância pode ser visto em termos como “policial feminina” ou “avó *sexy*”, onde os acréscimos descritivos são usados para corrigir a diferença entre nosso protótipo inconsciente e a adaptação formal definicional destes indivíduos à categoria.

Protótipos se desenvolvem a partir de nossas experiências diretas e também das nossas experiências secundárias, da informação e das representações que recebemos dos outros, incluindo a mídia, colegas, familiares e amigos. A força de cada uma destas informações na formação do protótipo depende de vários fatores, incluindo impacto emocional, frequência de exposição e relevância do sucesso social de um indivíduo (LAKOFF & JOHNSON, 1999). Em suma, quanto mais usado é um protótipo, mais ele é sustentado. Assim pensam os seres humanos. Como apontam Lakoff e Johnson (1999, p.19),

Não podemos... “ir além” das nossas categorias [e seus protótipos] e ter uma vivência simplesmente descategorizada e desconceitualizada. Seres neurais não podem fazer isto... Em suma, o raciocínio baseado em protótipos constitui uma grande parte do raciocínio real que temos. Raciocinar com protótipos é, na verdade, tão comum que é inconcebível que possamos funcionar muito tempo sem ele.

² Efeitos de tipicidade são a influência do protótipo de uma pessoa numa categoria no entendimento do mundo por esta pessoa (FISKE & TAYLOR, 1991). Por exemplo, as pessoas reconhecem mais rapidamente algo como um membro de uma categoria quando ela está mais perto do seu protótipo existente (ver, por exemplo, ROSCH, 1978). Da mesma forma, como discutido nesta seção, um objeto novo pode não ser reconhecido inicialmente como um membro de uma categoria se não for entendido como muito diferente do que o protótipo de uma pessoa, mesmo que ele se ajuste dentro de uma definição formal para a categoria, como o fato do golfinho ser um mamífero ou uma mulher ser a presidenta de uma multinacional. (PRINZ, 2002)..

Quase por definição, os protótipos sociais apresentados pela mídia de *massa* – no caso da educação superior – podem ter um efeito profundo no modo como entendemos um conceito em questão e se as políticas relativas fazem sentido ou não. Dada a natureza predominantemente inconsciente destes entendimentos, as proposições que parecem favorecer o protótipo mais predominante terão uma vantagem política – suas políticas e programas terão um ímpeto inicial de racionalidade e importância que os outros não terão. Ademais, se suficientemente predominante, um protótipo social pode até mesmo impedir a conceitualização de alternativas. Eles farão parte do que chamamos de “senso comum” (LAKOFF, 2002, p.4). Evans e Green (2006, p. 275) destacam exatamente este ponto, descrevendo o efeito que Oxford tem como um exemplo conhecido de instituição de ensino superior.

Por exemplo, a Universidade de Oxford é um exemplo relevante de universidade, em parte devido a sua história (ela recebeu autorização real no século XIII), em parte devido ao respeito pelo qual seu ensino e bolsas de estudo têm tradicionalmente sido concedidos e, em parte, devido à natureza das faculdades que compõem a universidade, em termos de estrutura da instituição e de sua arquitetura. Embora de várias maneiras atípicas em termos de instituições britânicas de ensino superior e de outras instituições internacionais, as pessoas, especialmente no Reino Unido, sempre consideram Oxford um ponto de comparação para outras universidades. Efeitos de tipicidade ocorrem quando Oxford serve para estabelecer um meio de avaliar e julgar outra universidade. Em outras palavras, exemplos salientes, como protótipos em geral, fornecem pontos de referência cognitivos que podem influenciar as decisões que tomamos, por exemplo, se decidimos entrar para uma certa universidade com base na sua semelhança com um exemplo saliente como Oxford.

Como um aspecto fundamental do pensamento humano, protótipos são usados em todas as formas de discurso e são, portanto, especialmente relevantes para o entendimento das mensagens políticas. Ao mesmo tempo, o poder de qualquer protótipo nas arenas públicas deriva do seu predomínio e da sua afinidade com a experiência vivida num dado contexto. Isto é, protótipos comumente usados por políticos, fazedores de políticas e a mídia, dentre outros, influenciam o modo como os eventos são entendidos e vividos pela sociedade em geral e eventos que apoiam ou contradizem protótipos comuns atuais, além de fortalecê-los ou estimular o surgimento de outros protótipos (LAKOFF, 2008).

Como discutido anteriormente, o predomínio do protótipo combina elementos conscientes e inconscientes. Esta combinação é importante e é sempre omitida na análise da política de educação superior. O que alegamos é que entender os protótipos

sociais e mudá-los envolve mais do que debates centrados em ideias sem substâncias. Em resumo, a importância dos protótipos sociais para o pensamento humano e a política apresenta quatro aspectos:

- (1) protótipos surgem das interações sociais desenvolvidas em contextos históricos e espaciais específicos, portanto (a) eles mudam e (b) eles não têm que corresponder a um conjunto de fatos contemporâneos empiricamente testáveis para existirem e causarem uma impressão desejada;
- (2) protótipos são na maioria implícitos – eles são nosso entendimento inconsciente inicial do que é um conceito, de certa forma, o que ele deve ser e também o que este conceito não pode ser;
- (3) protótipos se desenvolvem com base na percepção, experiência e exposição, com repetição criando e reforçando (ou fortalecendo) um sobre outro; e
- (4) protótipos estabelecidos são auto-reforçados, isto é, pensando em um deles, entendemos o mundo através deste protótipo nos tornando mais confortáveis com experiências e idéias que funcionam com ele do que com aquelas que o contradizem.

3. Metodologia e resultados da pesquisa

Reunimos 355 artigos de pesquisa sobre educação na Revista Veja, no período de 1995 a 2008. Destes, 25,08 %, eram sobre educação superior. Como mencionamos anteriormente, esta revista foi selecionada porque tem grande circulação, é geralmente citada como sendo influente e tenta ser, de certa forma, “ideologicamente equilibrada e não-partidária”³.

Artigos de pesquisa constituem dados valiosos para o entendimento dos protótipos comumente estabelecidos sobre educação superior na própria mídia e do público em geral. Para ser entendidos, os artigos de pesquisa devem refletir representações, entendimentos e ideologias geralmente aceitas (ALLAN, 1999; COTTER, 2000; FAIRCLOUGH, 1995a,b; LAKOFF e JOHNSON, 1980 e 2003; WILSON, 2000). O formato abreviado dos artigos de pesquisa impossibilita explicações

³ O debate acadêmico a respeito da parcialidade nos jornais é enorme e vai além do escopo deste trabalho (ver, GENTZKOW & SHAPIRO, 2006; GERBER, KARLAN, & BERGAN, 2006). Entretanto, nossa perspectiva é similar as conclusões de John T. Gasper que ressalta que a noção de que toda a mídia tem um viés (liberal ou conservador) “parece suspeita quando vista através dos tempos” (2007, p.12).

detalhadas necessárias para comunicar informações menos conhecidas ou difíceis, inclusive protótipos não familiares (FAIRCLOUGH, 1995a,b). Por exemplo, um escritor de opinião deve escrever uma reportagem sobre educação superior, em parte, com o que ele(a) acredita que o público do Revista Veja já sabe sobre educação e universidades. Além da mera compreensão, empresas de mídias também parecem manter suas seções de notícias e artigos de pesquisa estritamente dentro dos limites do entendimento e da tolerância pública a fim de manter grandes circulações e altos lucros de propaganda (HERMAN & CHOMSKY, 1988; MCCHESENEY, 1999). Portanto, a mídia geralmente mantém e repete os entendimentos amplamente estabelecidos de seu público, incluindo os protótipos (ALLAN, 1999; VAN DIJK, 1988a, 2000). Finalmente, Allan (1999, p.72), citando Hallin (1986), descreve como a mídia pode também incorporar o estado de mudança social:

Embora o conteúdo midiático “possa não refletir os fatos”, os meios de comunicação “refletem o padrão predominante do debate político: quando o consenso é forte, tendem a ficar dentro dos limites da discussão política que ele define; quando ele começa a dividir, a cobertura se torna cada vez mais crítica e diversificada nos pontos de vista que ele representa e cada vez mais difícil de ser controlado por políticos. (p.72)

Resumindo, a presença (ou ausência) de protótipos específicos da educação superior e também o seu nível de estrutura e consistência nas artigos de pesquisa é prova relevante de sua (ou de sua falta de) generalidade e estabilidade nas percepções do público em geral (FAIRCLOUGH, 1995a).

Analisamos as artigos de pesquisa através de codificação feita em vários níveis. Primeiro, identificamos e recolhemos todos os 355 artigos sobre educação publicados por Veja no período de 1995 a 2008. Segundo, classificamos e quantificamos os artigos por nível e modalidade de ensino, a saber, Educação Infantil (3,94%), Ensino Fundamental (3,94%), Ensino Médio (5,08%), Ensino Profissional (3,94%) e Ensino Superior (25,08%) e além destes, os sobre temas gerais em educação (58,02). Assim, encontramos que a grande maioria dos artigos versa sobre temas gerais em educação, um pouco mais de 25% sobre ensino superior e apenas 16,9% dos artigos tratam da Educação Básica.

Em segundo lugar, especificamente sobre os artigos sobre Ensino Superior, conduzimos a seguinte codificação:

C1 – Código do artigo: V-ES-data

C2 – Tipo:

Editorial/Artigo Pesquisa /Opinião 1/Opinião 2/Entrevista/Especial

C3 – Foto: Sim/ Não

C4 – Autor da nota: Homem / Mulher

C5 – Etnia: Branco/a /Negro/a/Pardo/a/Outro/a NA

C6 – Profissão: Advogado (a) / Docente (nível) / Economista /Jornalista/ Político(a)/ Médico(a) / Sindicalista /)/ Empresário(a)/ Pesquisador(a) / Outro(a)

C7 – Região: Global/ Regional (América do Sul/ EUA/ União Européia) Nacional/Região/ Estado/ Cidade/Bairro

C8 – Nomes das instituições mencionadas: MEC/ Legislativo/ Judiciário/ Universidade (escrever nomes) / Indivíduos (escrever nomes)

C9 – Enfoque do artigo: Político/ Administrativo/ Pedagógico/Técnico /Outro

C10 – Tensões: Qualidade / Acesso & Benefício Público / Benefício Privado

C11 – Palavras-chave:

C12 – Protótipos: Nostalgia Acadêmica / Empreendedorismo Educativo/Redenção Consumista:

Figura 2: Codificação dos artigos sobre Ensino Superior

Em seguida, realizamos uma série de análises textuais temáticas de todos os artigos codificadas como Educação Superior. Usamos uma codificação aberta, metodologia comparativa para descrever os padrões discursivos (Fairclough,1995b) que formavam a base para a identificação dos protótipos para o conceito de Educação Superior”. Inicialmente, lemos os artigos várias vezes, codificando-os abertamente e recodificando-os na medida em que líamos. Coletamos então os códigos em grupos até obter categorias que eram internamente homogêneas e heterogêneas entre os grupos (MILES & HUBERMAN, 1994; STRAUSS & CORBIN, 1998). Estas categorias eram de dois tipos: (1) o contexto sociopolítico mais amplo como discutido nos artigos de pesquisa e (2) os elementos do argumento do artigo de pesquisa. Uma vez desenvolvidas estas categorias, revisamos e re-codificamos, conforme necessário, todos os artigos para estas categorias de códigos que criamos. Neste ponto, nossa abordagem foi igual a outras de análise textual, incluindo análise do discurso e análise crítica do discurso (ver por exemplo, ALSUP, 2006; BROOKES, 1995; LAWRENCE, 2000; MCADAMS & HENRY, 2006; ROGERS, 2003; SMAGORINSKY & TAXEL, 2005; STAMOU, 2001; THOMAS, 2003; VALENTINO, 1999; VAN DIJK, 1988B, 1998).

A partir desta análise, surgiram padrões referentes ao discurso da educação superior nestes artigos de pesquisa. A grande maioria das políticas foi discutida dentro de uma gama restrita de ideologias influenciadas pelos filtros institucionais do processo da mídia de comunicação (ALLAN, 1999; HERMAN & CHOMSKY, 1988) e quatro tensões principais dentro da política de educação superior: (1) acesso a educação superior; (2) manutenção da excelência na educação superior; (3) o benefício privado da educação superior para os indivíduos e (4) o benefício público da educação superior para a sociedade como um todo. Os principais elementos relevantes são descritos como uma fórmula na Figura 1.

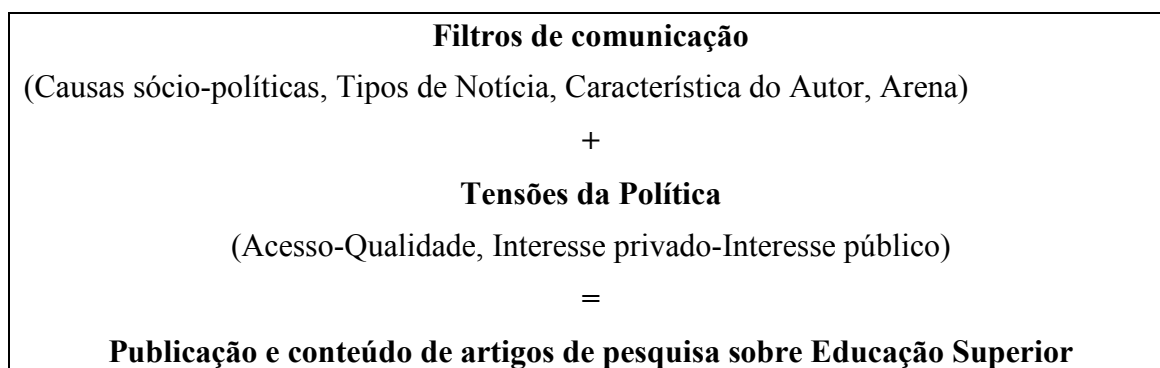


Figura 2: Elementos que influenciam as artigos de pesquisa sobre educação superior

Uma ou mais das quatro tensões da política estavam presentes nos artigos de pesquisa sobre educação superior. Estas tensões, especialmente a tensão entre acesso e qualidade, são consistentes com outras análises sobre debates relacionados à política de educação superior (FISCHMAN, IGO & RHOTEN, no prelo).

A seguir, demos um passo analítico adicional. Na última rodada da análise, examinamos a exposição dos artigos de pesquisa de como as instituições eram estruturadas para gerenciar as tensões qualidade-acesso benefícios público-privado com um todo: as crenças subjacentes à educação superior, os valores sociais mais amplos e os meios institucionais para atingir os objetivos propostos. Continuando o método recursivo de comparação constante, procuramos por instâncias de cada exposição de forma a utilizar uma lente de protótipo. Isto é, procuramos por um conjunto de características que se relacionavam para formar uma estrutura ou protótipo institucional. Portanto, estávamos procurando por algo mais perto dos “grupos correlacionais” (ROSCH et al, 1976) do que presos a uma abordagem de contagem que valoriza todas as características igualmente numa definição da categoria “necessária e suficiente” como encontrada na teoria clássica de categorização (ver por exemplo, HULL, 1920,

discutido em MURPHY, 2002). Através desta análise, visamos fazer a ligação entre a análise de protótipos como entendida na linguística cognitiva e a análise crítica do discurso em uma aplicação empírica direta (HART & LUKE, 2007).

Usando esta lente teórica, procuramos como os autores das artigos de pesquisa entendiam o que é e como deve ser uma universidade ou faculdade – o que é e o que deve ser ensinado, como os alunos são e devem ser admitidos e formados, como instituições de ensino superior são e devem ser financiadas e o objetivo real e desejado da educação superior, entre outros (LAKOFF, 1987). Vimos que as artigos de pesquisa se uniam em torno destes protótipos institucionais, dois estabelecidos e um emergente, em construção. Dois eram bem formados, distintos e estruturados consistentemente. Nós os denominamos de *Nostalgia Acadêmica* (NA) e *Empreendedorismo Educacional* (EE). O terceiro, *Consumismo-Educacional Redentor* (CER) era formado parcialmente – uma tentativa de achar um meio caminho de reconciliar aspectos de NA e EE num único modelo institucional, mesmo que distinto de ambos.

O protótipo *Nostalgia Acadêmica* foi o que menos apareceu na análise dos artigos de pesquisa da Veja no período estudado, a saber 10,11%. Nele, a educação superior a educação superior deveria incluir um ou mais das cinco condições ou atributos a seguir:

- 1) O ensino e a aprendizagem de grandes verdades universais e atemporais, através de aulas expositivas ministradas pelo docente;
- 2) a produção de conhecimento pelo seu valor em si, o que inclui o conhecimento das artes e o desenvolvimento de alunos completos e equilibrados, em se importar com as vantagens econômicas diretas;
- 3) a melhora da comunidade, com ênfase na formação de líderes comunitários.

Para obter esses resultados, a educação superior deveria ter pelo menos uma estas características estruturais:

- 4) ser financiada pelo estado; e
- 5) ser uma instituição autônoma com sua própria cultura e processos.

O *Empreendedorismo Educacional* foi o segundo protótipo mais comum, já que aparece em 40,45% dos artigos de pesquisa analisados. Nessa perspectiva a educação superior se caracteriza por um mais dos seis objetivos a seguir:

- 1) o ensino de certos conhecimentos que permitiriam aos alunos melhorar sua posição econômica (ao invés de estudantes bem formados integralmente);
- 2) a produção de trabalhadores bem qualificados e de conhecimentos para investigações, pois a educação superior é a chave para a prosperidade econômica de um país e para a concorrência com outros países.

Para alcançar estes objetivos, a educação superior deveria ter uma ou mais das seguintes características estruturais:

- 3) ser um negócio com financiamento próprio;
- 4) produzir conhecimento e vendê-lo aos estudantes e clientes investigadores;
- 5) utilizar critérios objetivos que possam medir os resultados acadêmicos, tanto na admissão de estudantes como para demonstrar a qualidade institucional;
- 6) promover a competição, chave para o aperfeiçoamento, tanto entre estudantes, quanto entre instituições.

O protótipo *Redenção Consumista*, por sua vez, representa a maioria ou 49,44% dos artigos de pesquisa analisados. Apresenta seis características que podem aparecer isoladas ou combinadas, quais sejam,

- 1) a educação superior deveria ser universalmente aberta e acessível a todos aqueles que alcancem os padrões de realização ou mérito;
- 2) como para a *Nostalgia Acadêmica*, a educação superior deveria formar alunos plenos e equilibrados; a produção do conhecimento deveria levar em conta e estar a serviço dos benefícios econômicos, como na perspectiva do empreendedorismo;
- 3) como para a *Nostalgia Acadêmica e Empreendedorismo Educacional*, a educação tem a obrigação e o papel de melhorar a sociedade;

Para alcançar estes objetivos, a educação superior deveria ter uma ou mais das seguintes características estruturais:

- 4) Os critérios de realização ou mérito deveriam se expandir para não apenas incluir a pontuação alcançada em exames padronizados – podem levar em conta qualidades dos alunos como a possibilidade que têm aqueles com pontuação mais baixa em situações difíceis de superar a adversidade (o potencial) e “diversidade”, os talentos (música,

matemática e esportes), bem como raça, gênero, classe social etc. (pode incluir ações afirmativas e ajuda financeira ampliada);

5) Como para o *Empreendedorismo* Educacional a competição transformou-se na chave para o progresso entre os alunos que desejam entrar na universidade e também entre os alunos pelas instituições de educação superior (porém admite no início um pouco de apoio para as ações afirmativas).

6) Como na *Nostalgia Acadêmica* enfatiza o papel do governo, em geral através do financiamento, mas também coincide com o *Empreendedorismo Educativo* ao não se opor as associações da universidade com empresas privadas.

Finalmente, todos os artigos no subconjunto foram revistos e re-codificados com estes protótipos para confirmar (ou não) sua presença e força geral e para fornecer “uma análise situacional” de sua presença na mídia (CLARKE, 2005).

Na verdade, argumentamos que há protótipos que estruturam o entendimento geral sobre educação superior e que eles podem ser vistos nos discursos e debates públicos como aqueles apresentados em artigos de opiniões e editoriais nos jornais. Tornar mais explícitos os protótipos sociais mais comuns nas exposições sobre educação superior na mídia abre uma janela em nosso pensamento e pode nos ajudar a entender melhor as políticas que irão possivelmente surgir a partir deste entendimento.

4. Conclusões

A primeira questão que gostaríamos de destacar é a pequena quantidade de artigos sobre educação, e em especial sobre educação superior publicados na Revista Veja no período estudado. Considerando que a revista publica uma média de 56 números por ano, que cada um contém em média 40 artigos e que a revista publica em torno de 24.000 artigos por ano, 255 artigos em 13 anos é um número realmente muito baixo.

Nos parece ser muito provável que a classe média brasileira, leitora da revista Veja e com a qual esta busca dialogar e, em última instância, vender seu produto, não problematize ou problematize muito pouco a educação de seus filhos, já que o tema da educação não parece prioritário ou urgente.

No que tange ao ensino superior, a maior preocupação que foi possível perceber ao analisarmos o foco principal dos artigos de pesquisa tem relação com o mérito

daqueles que podem acessá-lo, em especial nas universidades públicas. Em outras palavras, apenas quando a legitimidade do subsídio público para a classe média se vê ameaçada com políticas de acesso diferenciado como as ações afirmativas, por exemplo, há repercussão na revista *Veja*. Percebemos, portanto, que o mérito aferido por políticas de acesso ao ensino superior público como o vestibular, acabam se tornando sinônimo de legitimidade para ocupação das ainda escassas vagas nas universidades públicas.

Quando analisamos as tensões entre qualidade e acesso e benefício público e benefício privado, houve predominância de artigos que enfocam a qualidade sobre os que versam sobre as demais, reafirmando a tendência já apresentada anteriormente. Salta aos olhos a prioridade da *Veja*, ao longo do período pesquisado, em noticiar as políticas de avaliação do ensino superior promovidas pelo Ministério da Educação e seus resultados.

O enfoque administrativo se sobrepôs ao político, pedagógico e técnico, ou seja, os artigos de pesquisa publicados na *Veja* demonstram uma maior preocupação com a eficiência do que com a equidade e com os benefícios sociais das políticas de ensino superior, embora estes se façam presente. Aliás, chama a atenção as pesadas críticas feitas a gestão das universidades públicas, especialmente ao uso dos recursos disponíveis.

Por último, a predominância do protótipo Redenção consumista, significa para a revista, por um lado, o reconhecimento de problemas de acesso e permanência no ensino superior e por outro lado, que estes serão resolvidos quase magicamente mediante implantação de medidas de “controle de qualidade”. Tal qualidade é traduzida, na maioria das vezes, como mérito para as universidades públicas e adoção de mecanismos de mercado para as instituições privadas.

5. Referências bibliográficas

ALLAN, S. (1999). *News culture*. Buckingham, UK: Open University Press.

ALSUP, J. (2006). *Teacher identity discourses: Negotiating personal and professional spaces*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Press.

ALTERMAN, E. (2003). *What liberal bias? The truth about bias and the news*. New York: Basic Books.

BELL, A. (1991). *The language of the news media*. Oxford: Blackwell.

BROOKES, H. J. (1995). "Suit, tie and a touch of juju"—The ideological construction of Africa: A critical discourse analysis of news on Africa in the British press. *Discourse & Society*, 6 (4), 461-494.

CLARKE, A. E. (2005). *Situational analysis: Grounded theory after the postmodern turn*. Thousand Oaks, CA: Sage.

COTTER, C. (2000). Discourse and media. In D. Schiffrin, D. Tannen, & H. Hamilton (Eds.), *The handbook of discourse analysis* (pp. 416-436). Oxford, England: Blackwell.

DELLA VIGNA, S., & Kaplan, E. (2006). The Fox News effect: Media bias and voting. Paper provided by Stockholm University, Institute for International Economic Studies in its series Seminar Papers, no. 748. <http://www.iies.su.se/publications/seminarpapers/748.pdf>

EVANS, V., & Green, M. (2006). *Cognitive linguistics: An introduction*. London: Routledge.

FAIRCLOUGH, N. (1995a). *Media discourse*. London: Arnold.

FAIRCLOUGH, N. (1995b). *Critical discourse analysis: The critical study of language*. Harlow, UK: Longman.

FELDMAN, J. (2006). *From molecule to metaphor: A neural theory of language*. Cambridge, MA: MIT Press.

FISCHMAN, G. E. e HAAS, E. (2009). Marco conceptual para la educación superior: prototipos y categorías conceptuales para universidades en diarios influyentes de los Estados Unidos. PINI, Monica, (comp.) *Discursos y educación: Herramientas para un análisis crítico de los discursos educativos*. UNSAM, Buenos Aires, Argentina, 363-399.

FISCHMAN, G. E. , Igo, S., & Rhoten, D. (in press). "Great Expectations, Past Promises, and Golden Ages: Rethinking the "Crisis" of Public Research Universities" Calhoun, C. *Global Transformation in Public Research Universities*, New York, Social Science Research Council.

FOWLER, R. (1991). *Language in the news: Discourse and ideology in the press*. New York: Routledge.

GENTZKOW, M., & Shapiro, J. M. (2006). Media bias and reputation identifiers. *Journal of Political Economy*, 114, 280-316.

GERBER, A., Karlan, D., & Bergan, D. (2006) Does the media matter? A field experiment measuring the effect of newspapers on Voting behavior and political opinions, Discussion Paper No 12, Yale Working Papers on Economic Applications and Policy.

HAMPTON, J. A. (1981). An investigation of the nature of abstract concepts. *Memory & Cognition*, 9, 149 - 156.

- HART, C., & Luke, D. (2007). *Cognitive linguistics and critical discourse analysis: Application and theory*. Cambridge, UK: Cambridge Scholars Publishing.
- HERMAN, E. & Chomsky, N. (1988). *Manufacturing consent: The political economy of the mass media*. New York: Pantheon Books.
- HULL, C. L. (1920). Quantitative aspects of the evolution of concepts. *Psychological Monographs, XXVIII*.
- LAKOFF, G. (1987). *Women, fire, and dangerous things: What categories reveal about the mind*. Chicago: University of Chicago Press.
- LAKOFF, G. (2002). *Moral politics: How liberals and conservatives think*. 2nd Ed. Chicago: University of Chicago Press.
- LAKOFF, G. (2008). *The political mind: Why you can't understand 21st-century American politics with an 18th-century brain*. New York: Viking.
- LAKOFF, G., & Johnson, M. (1980/2003). *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press.
- LAWRENCE, R. (2000) *The politics of force: Media and the construction of police brutality*. Berkeley: University of California Press.
- MARTINS, A. R. N. (2005) Racismo e imprensa – argumentação no discurso sobre as cotas para negros nas universidades *In: SANTOS, Sales A. Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. (Coleção Educação para Todos), p. 179-207.
- MCADAMS, K. C., & Henry, T. M. (2006) An Analysis of U.S. Newspaper Coverage. Of Early Childhood Education <http://hechinger.tc.columbia.edu/assets/hechinger/pdfs/MerrillCollege-EARLYCHILD-REPORT.pdf>.
- MCCHESENEY, R. (1999). *Rich media, poor democracy: Communication politics in dubious times*. New York: The New Press.
- MILES, M., & Huberman, A. (1994). *Qualitative data analysis (2nd ed.)*. Thousand Oaks, CA: Sage. initiatives and the case of affirmative action. *Harvard Educational Review*, 78 (2), 289 - 313.
- MURPHY, G. L. (2002). *The big book of concepts*. Cambridge, MA: MIT Press.
- New York Times Editorial. (2004, May 6). Congress ducks the college aid crisis. *The New York Times*. A34.
- PRINZ, J. J. (2002). *Furnishing the mind: Concepts and their perceptual basis*. Cambridge, MA: MIT Press.
- ROGERS, R. (2003). *A critical discourse analysis of family literacy practices: Power in and out of print*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Press.

- ROSCH, E. (1999). Reclaiming cognition: The primacy of action, intention and emotion. *The Journal of Consciousness Studies*, 6 (11-12), 61-77.
- ROSCH, E., Mervis, C. B., Gray, W. B., Johnson, D. M., & Boyes-Braem, P. (1976). Basic objects in natural categories. *Cognitive Psychology*, 8, 382 – 439.
- SMAGORINSKY, P., & Taxel, J. (2005). *The discourse of character education: Culture wars in the classroom*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Press.
- STAMOU, A. (2001). The representation of non-protestors in a student and teacher protest: A critical discourse analysis of news reporting in a Greek newspaper. *Discourse & Society*, 12 (5), 653-680.
- STARR, P. (2004). *The creation of the media: Political origins of modern communications*. New York: Basic Books.
- STRAUSS, A., & Corbin, J. (1998). *Basics of qualitative research: Techniques and procedures for developing grounded theory*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- STROMBERG, D. (2004). Radio's impact on public spending. *The Quarterly Journal of Economics*, 119 (1), 189-221.
- THOMAS, S. (2003). “The trouble with our schools”: A media construction of public discourses on Queensland schools. *Discourse: Studies in the Cultural Politics of Education*, 24(1), 19–34.
- VALENTINO, N.A. (1999). Crime news and the priming of racial attitudes during evaluations of the president. *Public Opinion Quarterly*, 63 (3), 293 – 320.
- VAN DIJK, T. (1988a). *News as discourse*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- VAN DIJK, T. (1988b). *News analysis: Case studies of international and national news in the press*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- VAN DIJK, T. (1998). Opinions and ideologies in the press. In P. Garrett and A. Bell (eds.) *Approaches to media discourse*. Malden, MA: Blackwell.
- VAN DIJK, T. (2000). Critical discourse analysis. In D. Schiffrin, D. Tannen, & H.
- WILSON, J. (2000). Political discourse. In D. Schiffrin, D. Tannen, & H. Hamilton (Eds.),